De:
Para: Comissão 7ª - CAPes XV
Assunto: contributos para as propostas Re: Audição CIM Douro | Comissão de Agricultura e Pescas | 14 de dezembro de 2023 - Pós plenário
Data: 14 de dezembro de 2023 19:59:33
Anexos: image001.png

---

sr Presidente da Comissão Dr Pedro do Carmo

Segue proposta de contributos, a saber:

Comissão de Agricultura e Pescas - Audição de várias entidades: CIMDOURO
Discussão, em sede de especialidade, dos Projetos de Lei n.º 386/XV/1 (PCP) - Aprova os Estatutos da Casa do Douro, n.º 512/XV/1 (PS) - Restaura a Casa do Douro enquanto Associação Pública e aprova os seus estatutose n.º 612/XV/1 (BE) - Restaura a Casa do Douro como associação pública.

Sr Presidente da Comissão Dr Pedro do Carmo, Sr.sdeputados, o meu agradecimento enquanto duriense, e autarca daquele que é o concelho maior produtor de vinho do Porto, S. J. Pesqueira, pelo convite para a abordagem de um tema que há muito urge resolver.

Permitam-me breves considerandos:
A história da Região Demarcada do Douro deve orgulhar todos os portugueses. A mais antiga região delimitada e regulamentada do mundo, em 1756, que, aliás, no século seguinte, influenciou todo o mundo vitícola.

Não deixa de ser irónico que **hoje, dia 14 de Dezembro,se celebram 22 anos** da classificação do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial.

Há que conhecer a história da região para melhor compreendermos os seus problemas e desafios.
O país tem de ter noção do que significamos: a Região exporta cerca de metade do valor total das exportações portuguesas de vinhos. O Vinho do Porto é o maior embaixador de Portugal no mundo.

A região do Douro vive, porém, uma crise latente. Vive no **paradoxo** de aparentar um estatuto formal de bem-estar que, se visto mais de perto, nos leva infelizmente a constatar o seu contrário.

E qual é afinal O PROBLEMA?
A insuficiente valorização do produto vinho, e o consequente abaixamento dos preços das uvas, a desvalorização do património e o abandono do território.

RAZÕES: São apontadas: a sobreprodução da região e a diminuição de vendas de vinho do porto.

As questões não são fáceis, são contraditórias e complexas, mas têm de nos levar a todos a **questionar:**
1. O problema resume-se apenas a sobreprodução *ou* também a alguma ineficácia na promoção e procura de novos mercados?

2. Se o Vinho do Porto vê diminuídas as vendas nos últimos anos, *como explicar então* a expansão dos vinhos Doc? Haverá álcool bom e álcool mau?

3. Será de admitir a possibilidade legal de entrada de uvas e mostos de fora da região, para uma região onde há sobreprodução?

4. A entidade fiscalizadora IVDP, não está a fazer a fiscalização que lhe compete, por falta de meios e verbas, verbas essas aliás resultantes das taxas pagas pela região, mas ilegitimamente sujeitas a cativação.

5. É normal que os custos de produção aumentem exponencialmente e tal não se veja refletido no preço das uvas e do vinho, como qualquer outro produto que consumimos?

6. A venda de vinho do Porto está a diminuir desde há vinte anos. O comercio aguenta-se, a produção vai morrendo lentamente. Quem está a pagar estacrise?

7. Analisemos os resultados económicos dos últimos 20 anos de toda a cadeia de intervenientes, desde a produção ao comércio, comparando os pontos de partida e de chegada na saúde financeira de todos os atores. Tiremos conclusões!

A região está a entrar em roda livre: temos tudo, para todos viverem bem, mas estamos a perder rendimentos a um ritmo vertiginoso… temos séculos de existência… sabemos tudo… *mas,* como diria alguém, *sobre a manta que nos cobre, ainda não sabemos bem, como não ficar com os pés de fora…*

5 POSSÍVEIS SOLUÇÕES DE BASE:

1. Contingentação anual da produção de **Vinhos DocDouro** como acontece com o Porto, o que significa valorizar o produto.

2. **Proibição total de entrada de uvas, mosto ou vinhos**de fora da região.

3. **Fiscalização efetiva do IVDP** e o reforço da **promoção dos vinhos.**

4. **Possível acordo de médio prazo entre produção e comércio**, que garanta um rendimento base por HA, definindo quantidades a produzir e preços, permitindo alguma previsibilidade e estabilidade.

5. **Reativar a Casa douro** como voz da produção, com órgãos eleitos pelos viticultores.

Reformular, assim, todo o quadro legal e institucionalde uma região, que foi concebido há décadas na perspetiva de um só produto - o VP – e uma realidade económica, que hoje é diferente.

Não tenho dúvidas que o Douro não se faz apenas e só com os produtores ou só com os comerciantes**,** muito menos com o apontar de culpados, faz-se com todos, produtores e comerciantes, que não podem nunca ser partes desavindas, precisam uns dos outros, e o sucesso da região terá obrigatoriamente de ser o produto dessas complementaridades.

Temos a tendência para pensar sempre em 2 elementos do setor:
produção e comércio.
Eu diria, que entender a economia do Douro pressupõe perceber que existem não dois mas **4 pilares** essenciais na economia do Douro:
1. Comércio DO Douro; **2.** Comércio DO Porto; **3.** Eno-Turismo; **4.** Produção/viticultores.

Este 4º pilar são aqueles que produzem as uvas que outros transformarão em vinhos Doc. ou Porto; este 4º pilar são aqueles que fizeram e fazem as paisagens/as vinhas que levaram à classificação do Douro como património mundial, que outros exploram económica e legitimamente.
Isto é, os viticultores são na verdade a base de tudo isto, de toda esta economia. Neste território, sr.sdeputados, "*cada vinha conta verdadeiramente uma vida"!*

Sendo todos partes absolutamente imprescindíveis, **havemos de concordar**, porém, que a produção/os viticultores são na verdade os que mais têm sofrido.

Assim, penso, por isso, que a proposta que visaRestaurar a Casa do Douro enquanto Associação Pública e de inscrição obrigatória, embora gerando algumas dúvidase não sendo a solução milagrosa para resolver todos estes problemas que referi, será certamente benvinda para começar a resolver uma parte do problema.
O pior que podemos fazer é ficar petrificados, pois se nada se fizer, o destino do Douro e dos pequenos e médios viticultores está traçado, a sua extinção, o despovoamento de uma região.

O comércio tem de ser forte, como a produção tem de ser forte, mas esta, só o consegue, estando representada.
Não tenho dúvidas de que será sempre preferível uma solução, ao estado atual de coisas. Não percamos tempo, avancemos.

Pequenas notas de alteração:

Proposta de projeto lei n. 512/XV/1 PS

Proposta de estatutos:

No artigo 9 deve ficar bem definido que não recairá sobre os viticultores mais pagamentos / despesas, e que a sua quota será paga à CD através das atuais taxas pagas ao IVDP

No art 3, alínea r) será de eliminar (hoje não fará sentido)

Manuel Cordeiro, 14 de Dezembro de 2023